



**TOMADA DE PREÇO
TIPO MENOR PREÇO
OBRA DE ENGENHARIA
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP - LC 123/2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

DIRETORIA DE MATERIAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

36570-900 – VIÇOSA – MG

Fone: (31) 3612-1664 – E-mail: licitacao@ufv.br

EDITAL Nº 06/2019 –TOMADA DE PREÇO

(Processo Administrativo nº003763/2019)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de Viçosa, por meio da Diretoria de Material, sediada na Universidade Federal de Viçosa, Campus de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa – MG, realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO, do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de junho de 2018 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:

1.1- Até às **09:00** horas, do dia 10 mês **julho**, ano 2019, na **Diretoria de Material** para entrega do **Envelope nº 01**, com os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, e **Envelope nº 02** com a **PROPOSTA**, além das **declarações complementares..**

2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1- Até às **09:00** horas, do dia **10**, mês **julho**, ano 2019, na Diretoria de Material no endereço

Universidade Federal de Viçosa, Campus de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa – MG terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

2.2- Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**TOMADA DE PREÇO 06/2019-EXECUÇÃO DE ESQUADRIAS PARA
BANHEIRO E RECEPÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E
DO DEPARTAMENTO DE SOLOS NO CAMPUS UFV/VIÇOSA.**

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**TOMADA DE PREÇO 06/2019-EXECUÇÃO DE ESQUADRIAS PARA
BANHEIRO E RECEPÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E
DO DEPARTAMENTO DE SOLOS NO CAMPUS UFV/VIÇOSA.**

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

22.3- Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega. A correspondência deverá ser endere-

çada com aviso de recebimento para a Comissão Especial de Licitação, com menção ao objeto licitado, no **endereço indicado no Item 1 deste Edital** e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações complementares. Os envelopes enviados via Correio ou outro meio similar de entrega deverão ser entregues até 48 horas antes do **momento marcado para abertura da sessão pública. Isso se faz necessário para distribuição interna de correspondência.**

2.3.1-Os envelopes remetidos via Correio ou outro meio similar de entrega **recebidos após o prazo de 48 horas antes do momento marcado para abertura da sessão pública, sob pena de serem devolvidos.**

3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1- Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados, conforme o caso, por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

3.2- A não apresentação do credenciamento, não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa.

3.3- Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

4. OBJETO

4.1- A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para atender a execução de esquadrias para banheiro e recepção do departamento de educação (economia doméstica) e esquadrias para banheiro do departamento de solos no campus UFV/Viçosa., mediante o **regime de empreitada por preço GLOBAL**, conforme especificações constantes no **Projeto Básico e demais anexos**, que são parte integrante deste Edital.

4.2. A licitação será realizada em único item.

4.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1-A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta do elemento de despesa 449051 – Obras e Instalações, (PTRES)” 108602”, mediante a emissão de empenho específico.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.16.1-Poderão participar desta LICITAÇÃO, exclusivamente, pessoas jurídicas enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e legalmente assemelhadas, que:

6.1.2 -Comproven possuir os requisitos de qualificação exigidos no item relativo à **HABILITAÇÃO**, e

6.1.3 - Entregarem, simultaneamente, até a data, o horário e no local indicados no preâmbulo do edital, os **envelopes DOCUMENTAÇÃO (N.º 1) e PROPOSTA DE PREÇOS (N.º 2)**, individualizados, fechados, identificados com o nome comercial da licitante remetente.

6.2- **Não poderão** participar desta licitação:

6.2.1. Empresas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a *Universidade Federal de Viçosa-UFV*, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

6.2.2. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

6.2.3. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.4. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.5. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

6.2.6. O autor do projeto básico ou executivo pessoa física ou jurídica;

6.2.7. Entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.8. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9 da Lei 8.666/1993;

6.2.9. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

6.2.10. servidor ou dirigente desta Universidade Federal de Viçosa-UFV ou responsável pela licitação;

6.2.11 que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;

6.2.12 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6.2.13-instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

6.2.13.1-É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

6.2.14- sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

6.2.15 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

6.2.15.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

6.2.16 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

7. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 1

7.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1-SICAF;

7.1.2-Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

7.1.3-Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.4-Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos -

CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

7.1.5-A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.5.1.-Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.5.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.5.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2- Não ocorrendo inabilitação, será consultado o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para os licitantes cadastrados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.2.1- O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

7.3 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

7.4- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5- Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do art. 6º, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, a documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, à Qualificação Econômico-Financeira e Habilitação Técnica, nas condições descritas adiante.

7.5.1- Os documentos da habilitação cadastral acima indicados deverão ser acondicionados em envelopes, conforme estabelecido para os documentos de habilitação.

7.6-As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior, excetuada a situação prevista no subitem anterior

7.7-A Comissão Especial de Licitação ou a autoridade superior, nos termos do artigo 43, parágrafo 3º da Lei 8666/93, poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

7.8- Os licitantes que iniciaram suas atividades no presente exercício deverão apresentar, em seu órgão cadastrador do SICAF, o balanço de abertura e encerramento para lançamento dos índices mencionados no subitem 7.6.4, com apresentação de capital mínimo e demais documentos exigidos.

7.9- Visita ao local da execução dos serviços.

7.9.1. A visita técnica não é obrigatória, mas será necessário que o licitante que não realizar a visita, declare, conforme Anexo VIII, que tem pleno conhecimento das condições de prestação de serviços como prevenção contra possíveis alegações de impossibilidade de execução do contrato ou demandas por revisão contratual em razão de circunstâncias passíveis de serem avaliadas através da visita técnica.

7.9.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto desta Licitação.

7.9.3. A licitante que desejar realizar a visita ao local onde serão executados os serviços desta Licitação, poderá fazê-lo no horário compreendido entre 09:00 às 11:00 horas, e de 15:00 às 17:00 horas, devendo, obrigatoriamente, ser agendada junto a Gerência de Projetos e Contratação de Obras, através do telefone (31) 3612-2808, pois, haverá acompanhamento de pelo menos um servidor designado para emissão de Declaração de Visita ao local da Obra conforme Anexo IX do edital.

7.9.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

7.9.5. As vistorias serão individuais, não sendo permitida a realização de vistorias com mais de um licitante em um mesmo horário, devendo o licitante agendá-la previamente conforme estipulado no subitem 7.9.3.

7.9.6. Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

7.10- Declaração da inexistência de fatos impeditivos e que não emprega menor de 18 anos, conforme modelo abaixo, também disponível no Anexo X.

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), CNPJ n.º, sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara ainda, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos.

Data e assinatura

7.11- Qualificação Técnica- Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação de documentos que seguem, no **Envelope nº1**.

7.11.1. Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente licitação, conforme a Resolução nº 218/1973 do CONFEA, ou outra(s) que vier (rem) a substituí-la ou alterá-la.

7.11.2. Registro ou Inscrição de Pessoa Física do profissional indicado pela empresa comprovando atender o **Item 7.11.5**, caso o profissional não conste como responsável técnico no Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica de Pessoa Jurídica;

7.11.3. As comprovações de capacidade técnica profissional serão feitas por um ou mais atestados, de acordo com o solicitado no **Item 7.11.5**, vinculados às Certidões emitidas pelo CREA, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acompanhadas das respectivas certidões completas de acervo técnico (CAT) também emitidas pela CREA, com características à do objeto licitado.

7.11.4. As comprovações de capacidade operacional serão feitas por atestado, de acordo com o solicitado no item **7.11.9**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **com características à do objeto licitado**;

7.11.5. Capacidade técnico-profissional: comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data fixada para entrega dos envelopes de documentação e proposta, profissional com formação de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, comprovando que o profissional indicado, executou obras ou serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativos do objeto licitado, ou Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para execução contratual considerado

para tanto, o seguinte:

7.11.5.1. A comprovação se dará por meio de atestado de Execução fornecimento e instalação de esquadrias de alumínio.

7.11.6. A empresa deverá comprovar que possui em seu quadro técnico, os seguintes profissionais:

a) **Engenheiro Civil**

7.11.7. A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou proprietário, Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA na validade, onde conste o nome do profissional como Responsável Técnico ou membro do Quadro Técnico, ou Contrato de prestação de serviços, devidamente registrado em cartório, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

7.11.8. O profissional informado pelo licitante, deverá participar efetivamente da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

7.11.9. Capacidade Operacional: comprovação que a licitante possui aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em característica e quantidades, através de atestado(s) considerado para tanto, o seguinte:

7.11.9.1- A comprovação se dará por meio de atestado de Execução fornecimento e instalação esquadrias de alumínio, com metragem mínima de 4m².

- Obs: OS SERVIÇOS DESCRITOS NO ITEM 7.11.9.1 DEVERÃO SER COMPROVADOS COM A APRESENTAÇÃO DE UM ÚNICO ATESTADO. O ATESTADO APRESENTADO DEVERÁ SER POR REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA, UMA VEZ, A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ FEITA SOB REGIME DE EMPREITADA.

Obs: Os serviços descritos no item 7.11.9.1 **deverão ser apresentados, aceitando-se a soma de no máximo dois atestados para todos os itens.**

7.12- Regularidade Fiscal e Trabalhista – comprovar mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.12.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.12.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.12.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.12.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa no termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; **(CNDT)**

7.12.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.12.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante

7.12.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

7.12.8. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.12.9. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, juntamente com a Documentação de Habilitação, uma declaração de enquadramento como micro-empresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo abaixo e também disponível no **Ane-
xo XI**.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) CPF nº, DECLARA, para os devidos fins, sob pena das sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(local e data)

Representante Legal

7.12.10. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da LC 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

7.12.11. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte e legalmente assemelhadas, conforme prevê o art. 43º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, estas deverão apresentar toda documentação exigida e havendo existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.12.12. A não-regularização da documentação, no prazo previsto neste edital implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.13- Qualificação Econômico-Financeira - comprovar mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.13.1. **Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor sede da pessoa jurídica. A certidão que não contiver em seu corpo a validade da mesma, será considerada como válida até **90 (noventa) dias** após sua emissão;

7.13.1.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

7.13.2. **Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados mais de 3 (três) meses antes da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou de outro indicador que o venha substituir.

7.13.2.1. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados, no caso de:

7.13.2.2. *Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima)*: foto cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

7.13.2.3. *Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA)*: por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

7.13.2.4. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte: fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

7.13.2.5. Sociedades criadas no exercício em curso: cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.13.2.6 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.13.2.6.1 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.13.2.6. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador, ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.13.2.7. No que se refere ao registro ou autenticação na Junta Comercial serão aceitas outras formas legalmente assemelhadas.

7.13.3. A boa **situação financeira** será avaliada pelos Índices de:

Liquidez Geral (LG), **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

7.13.3.1. As fórmulas deverão ser desenvolvidas e demonstradas em memorial de cálculos juntado ao balanço; caso o memorial não seja apresentado, a Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

7.13.3.2. se necessária, a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentada, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

7.13.3.3. O fornecedor registrado no SICAF terá os índices referidos acima calculados, automaticamente, pelo Sistema, conforme Parágrafo Único do Art. 43 da IN 02/2010.

7.13.4. Será verificado junto ao SICAF, os índices de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), para que estes estejam, preferencialmente, com valores superiores a 1,00 (um).

7.13.4.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em quaisquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá com-

provar que possui capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.13.4.2. Conforme artigo 44 da Instrução Normativa/SLTI/MPOG 02/2010 de Outubro de 2010, esta comprovação poderá ser feita através do contrato social devidamente registrado no órgão competente, ou através da certidão de registro e quitação de pessoa jurídica emitida pelo CREA.

7.14- Habilitação Jurídica – comprovar mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.14.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.14.2. para sociedades empresariais ou empresas individuais de responsabilidade limitada-EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.14.3. Ato constitutivo em vigor, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedades por ações apresentar documentos de eleição de seus administradores; em qualquer caso, **os objetivos sociais deverão prever a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação**;

7.14.4- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.14.5. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

7.14.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.14.7. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde se tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.14.8-No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

7.14.9 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.7.15 Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

8. DA PROPOSTA

8.1. O **segundo envelope**, “**Envelope 2 – Proposta**”, deverá conter os seguintes elementos:

a)-CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

EXECUÇÃO DE ESQUADRIAS PARA BANHEIRO E RECEPÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DO DEPARTAMENTO DE SOLOS NO CAMPUS UFV/VIÇOSA.

Validade da Proposta : de no mínimo (90) noventa dias

1.Fornecimento de material, maquinas, ferramentas etc. R\$ _____

Mão de Obra R\$ _____

Valor total: _____ (por extenso)

Dados bancários da empresa:

Banco: _____ Agencia: _____ Conta Corrente: _____

Data e assinatura

Obs.: - Carta de Apresentação da Proposta, deverá indicar valor ou percentagem para material, máquinas, ferramentas, mão de obra etc, a fim de estabelecer base de cálculo das retenções para Previdência Social (INSS).

b) Planilha Orçamentária

c) Apresentar Composição de Custos dos preços dos Serviços que são elaborados com base em Composição (Planilha de Composição).

d) Cronograma físico-financeiro dos serviços a serem executados.

e) BDI, informando inclusive os percentuais de impostos e obrigações incidentes.

f) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo abaixo:

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Tomada de Preço Nº _____

(Nome) _____ como representante devidamente constituído da
(empresa) _____ CNPJ _____

doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item ____ do Edital de licitação acima citada, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

Que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima citada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato quanto a participar ou não da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima citada, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima citada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Universidade Federal de Viçosa antes da abertura oficial das propostas; e

Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade, ____ de _____ de _____

representante legal da licitante

Identificação

OBS: O CNPJ apresentado nas declarações deverá ser o mesmo da proposta comercial e do documento fiscal que será apresentado para liquidação da despesa.

g) Apresentar declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato; (Anexo XII).

8.2- A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa,

rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

8.2.1 a razão social e CNPJ da empresa licitante;

8.2.2 descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

8.2.3 preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.4 a Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme ANEXO

8.2.4.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.4.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.4.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

8.2.4- O cronograma físico-financeiro deverá ser elaborado com colunas simbolizando o mês de execução de cada serviço e o valor mensal do mesmo. Deverão ser somados mensalmente os valores dos serviços dando um subtotal acumulado, e deverão ser somados todos os valores mensais de cada item resultando em um subtotal simples e um subtotal acumulado. A soma das colunas de subtotal simples dará o total geral.

8.2.4.1 O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5 Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.1 Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.1.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.1.2.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

8.3- As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar demonstrativos de apuração de contribuições sociais dos últimos doze meses através do EFD-Contribuições, comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa do BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. Caso essas empresas apresentem em sua composição do BDI os percentuais de CONFINS e PIS diferentes dos obtidos pela média, a Comissão corrigirá o BDI conforme os percentuais apurado pela média, com esta correção, se o valor total da Proposta ultrapassar o limite estabelecido no **Item 11.14** deste Edital, a Proposta será desclassificada.

8.4- As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

8.5 a composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme ANEXO....

8.5.1 Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

8.5.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

8.5.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

8.5.4 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.6 Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.7- Os **Preços Unitários** propostos deverão englobar todos os custos relativos a materiais, mão de obra, ferramentas, máquinas, equipamentos, carga e descarga, armazenamento, BDI e quaisquer outras despesas, taxas e emolumentos incidentes.

- 8.8- Não será permitida a complementação de documentação, por interesse exclusivo do licitante, após a entrega dos envelopes.
- 8.9 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.10- Não serão aceitas propostas que contenham condições de pagamento antecipado, sob pena de desclassificação da mesma.
- 8.11 - Será nulo de pleno direito e não surtirá nenhum efeito, o reajustamento de preços que desrespeite o disposto na Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, permitindo-se, todavia, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XXI da CF c/c a alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8666/93.
- 8.12 – Em havendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, este deverá ser comprovado através de planilha de custo e formação de preços, que demonstre de forma analítica o impacto nos custos de produção ou dos insumos utilizados.
- 8.13 - A omissão ou exclusão no orçamento analítico, de qualquer item, não exime a Contratada de executá-lo dentro do preço unitário da proposta.
- 8.14 - Por interesse exclusivo da UFV, o Cronograma Físico-financeiro poderá ser substituído até a assinatura do contrato.
- 8.15 - O proponente é inteiramente responsável pela elaboração de sua proposta, não sendo aceitas, em hipótese alguma, alegações posteriores de cotação emitida de forma errônea ou incompleta.
- 8.16- Faculta-se à Comissão de Licitação relevar erros ou omissões que não acarretarem prejuízos para o entendimento e a validade da proposta, vedada a inclusão no processo de quaisquer outros documentos que, originalmente, deveriam compor a proposta.
- 8.17 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.17.1 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93.
- 8.18 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.18.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.18.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

8.19 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8.20 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.21 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.22 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário).

8.22.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.23 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DISPOSIÇÕES REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO:

9.1- Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados conforme preconiza o art. 32 da Lei 8666/93 e Art. 3º LEI Nº 13.726, de 8 de Outubro de 2018.

10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1- No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.1.2 As declarações complementares deverão ser entregues no envelope consistem nos seguintes documentos:

10.1.2.1 Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/09, conforme modelo anexo a este edital.

10.1.2.1.1 A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a desclassificação da proposta.

10.1.2.2 Declaração, sob as penas da lei, de que até a data marcada para a entrega dos envelopes, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10.1.2.3 Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

10.1.2.3.1 A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

10.1.2.3.2 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

10.2- Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

10.2.1 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

10.2.2 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado.

10.3 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido,

nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.4 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.4.1 O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.5 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.5.1 SICAF;

10.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.5.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.5.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

10. 6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.7 Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.7.1 Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.

10.8 Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.9 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.9.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.9.2 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.10 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.11 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes

10.12 Caso haja necessidade de se designar **nova data** para abertura do “**Envelope 2**”, os licitantes serão comunicados por escrito.

10.13- As etapas de habilitação e proposta serão avaliadas independentemente uma da outra e nesta ordem, e serão eliminatórias, inabilitando e desclassificando o proponente, conforme Art. 41 § 4º e Art. 48 da Lei 8.666/93.

10.14- As dúvidas que surgirem durante as reuniões serão, a juízo do Presidente da Comissão de Licitação, por este resolvido na presença dos licitantes ou deixadas para posterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata, em ambos os casos.

10.15- Serão registrados em atas próprias todos os atos, as decisões ou ocorrências relativas à presente licitação, sendo obrigatoriamente assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes, também disponíveis para consulta pública na **Sessão Pública do Comprasnet**.

10.16– Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos deste edital, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do Sistema de Registro de Preços.

10.17- Ao ser conferida a planilha e verificado erro de cálculo ou de anotação no preenchimento da mesma, prevalecerão os preços unitários propostos pelo licitante.

10.17.1- Para efeito de classificação, o preço passará a ser aquele encontrado após as correções, quer sejam para mais ou para menos.

10.18- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

10.19 Será considerado inabilitado o licitante que:

10.19.1 Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

10.19.2 Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

10.19.3 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.19.3.1 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.19.4 A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11. Julgamento das propostas

11.1. **O critério de julgamento será o regime de empreitada por preço GLOBAL.**

11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.2.1. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.3 As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.4 A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte, proceder-se-á à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.4.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.4.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 30 (TRINTA) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 02 (DOIS) dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.4.3 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.5 Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.6 Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.7 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.7.1 produzidos no País;

11.7.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.7.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.7.4 produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.8 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.9 Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.10 A Comissão Especial de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Instituição ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar-se na sua decisão.

11.11 A Comissão Especial de Licitação reserva-se o direito de solicitar das licitantes, para efeito de análise e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

11.12 A Comissão Especial de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas dos licitantes.

11.13 Considera-se preço global o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

11.14- Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei n.º 8.666/93, as propostas que:

11.14.1- Apresentarem valor global superior ao orçamento estimado ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

11.14.1.1- Consideram-se manifestamente inexeqüível, no caso de licitações de menor preço para obras com serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998); (a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998); (b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998);

11.14.2- Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se refere as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

11.14.3- Contudo, nos termos da **Súmula nº 262/2010 do TCU**: "o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta" e se, ainda assim, houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, entre outros, os seguintes procedimentos:

11.14.3.1- questionamentos perante o proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

11.14.3.2- pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

11.14.3.3- verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

11.14.3.4- estudos setoriais;

11.14.3.5- consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

11.14.3.6- análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

11.14.3.7- demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.14.3.8- em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante poderá ser convocado para comprovar a exequibilidade da sua proposta, sob pena de desclassificação.

11.14.4 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

11.14.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.14.1.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

11.14.1.3 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

11.14.1.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.14.1.5 Será facultado ao licitante o prazo de 02 (DOIS) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.15- Apresentarem proposta na qual se verifique que qualquer um dos seus preços unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária elaborada pelo UFV, Orçamento Estimativo, Composição de Custos Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

11.16 Tenha parcelas e informações relativas aos tributos IRPJ e CSLL em suas planilhas de custo, orçamento, BDI ou LDI, conforme item 9.1 do Acórdão TCU nº 950/2007 – plenário de 23/05/2007, publicado no DOU em 28/05/2007.

11.17 Não apresentar cronograma físico-financeiro dos serviços a serem executados constantes na Planilha Orçamentária da UFV.

11.18 Não apresentar orçamento descritivo, com preços unitários para todas as etapas a serem executadas.

11.19 Não apresentar detalhamento de todas as despesas direta, indiretas que compõe o BDI, informando inclusive as alíquotas de impostos e obrigações incidentes.

11.20 Não apresentar declaração independente de proposta.

11.21 Colocar no BDI os itens de administração Local, Instalações de Canteiro e Acompanhamento e Mobilização e Desmobilização.

11.22 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.23 conter vício insanável ou ilegalidade;

11.24 não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

11.25 Apresentar, na composição de seus preços:

11.25.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

11.25.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

11.25.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

11.26 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

11.26.1 Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.27 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

11.28 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

11.29 Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.30 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.31 Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.32 Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.33 A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.34 O resultado do certame será divulgado no **Diário Oficial da União**.

11.35- Em face ao Acórdão N° 2622/2013– Plenário do Tribunal de contas da União, devem ser seguidas as seguintes premissas acerca dos componente de Lucros e Despesas Indiretas – LDI:



Universidade Federal de Viçosa

Pró-Reitoria de Administração • Gerência de Obras 1

Campus Universitário • Viçosa, MG • CEP 36.570-000 • Tel.: (31) 3899.1021

ITEM	DESCRIÇÃO	SIGLAS	VALORES PREENCHIDOS DO INTERVALO ADMISSÍVEL	SITUAÇÃO INTERVALO ADMISSÍVEL	INTERVALO ADMISSÍVEL			
					MÍNIMO	MÉDIO	MÁXIMO	
01.01	Taxa de rateio da Administração Central	AC	3,00%	OK!!!	3,00%	4,00%	5,50%	
01.02	Taxa de Despesas Financeiras	DF	1,05%	OK!!!	0,59%	1,23%	1,39%	
01.03	Taxa de Risco, Seguro e Garantia do Empreendimento	R	1,77%	OK!!!	1,77%	2,07%	2,27%	
01.03.01	Risco 0,97%							
01.03.02	Seguro 0,40%							
01.03.03	Garantia 0,40%							
01.04	Taxa de Lucro	L	6,16%	OK!!!	6,16%	7,40%	8,96%	
01.05	Taxa de Tributos (Soma dos itens COFINS, ISS e PIS)	I	10,65%	OK!!!	4,65%	5,40%	10,65%	
01.05.01	COFINS 3,00%							
01.05.02	ISS 5,0%*50%=2,5							
01.05.03	Des. Folha 4,50%							
01.05.04	PIS 0,65%							
L.D.I. (Resultante)			25,79%	OK!!!				
FÓRMULA L.D.I. CONFORME ACORDÃO TCU-2013								
$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)}$								
Eng. Leonardo de Assis Vidigal Engenheiro Civil • CREA-MG 86.271/D					L.D.I. (Segundo Acórdão N° 2622/2013 - TCU - Plenário) segundo item 9 - BDI para Obras de Edificações CONTRUÇÃO			25,79%

11.35.1 O percentual de ISS utilizado é de 5%, sobre 50% do preço de venda. A contratada deverá utilizar o percentual de mão-de-obra declarado na proposta sobre 5% de ISS.

11.35.2.O percentual de mão de obra descrito na Carta de Apresentação da Proposta deverá ser o mesmo utilizado no BDI. Caso haja diferença, a Comissão Especial de Licitação promoverá a correção do BDI, adotando no BDI o mesmo percentual de mão de obra declarado na proposta. Se este for o caso o valor da proposta poderá sofrer alterações.

11.36- Os Tributos IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) não poderão compor o cálculo do LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.

11.37- Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados com custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

11.38- No caso de empate entre duas ou mais propostas, apresentadas por licitantes que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, e cumprido o disposto no parágrafo 2º

do artigo 3º da Lei 8666/93, o desempate se dará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Os licitantes poderão recorrer, nos termos do Artigo 109 da Lei nº 8666/93, contra os atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

12.2 Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. Os recursos serão interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal do recorrente e dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação e protocolados na **Universidade Federal de Viçosa, Diretoria de Logística, situado no Edifício Fábio Ribeiro Gomes, Campus de Viçosa**, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa – MG, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.4. Não serão conhecidos como recursos os interpostos fora do prazo legal.

12.5. Os recursos apresentados por cópia só serão conhecidos como tal, após o recebimento do original dentro do prazo legal (Lei nº 9800 de 26/05/1999).

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 - Como condição para assinatura do contrato, o licitante vencedor prestará, a seu critério, uma das garantias previstas no art. 56 § 1º da Lei nº 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no Art. 56 da Lei 8666/93, a saber:

a) Caução em dinheiro, ou títulos da dívida pública.

b) Seguro-garantia

c) Fiança bancária

13.1.1. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos no Art. 827 e 839 do Novo Código Civil.

13.1.2. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em nome da Universidade Federal de Viçosa, conforme abaixo:

Operação 010

Beneficiária – Universidade Federal de Viçosa – UFV.

13.1.3. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº. 11.079, de 2004)

13.1.4. No caso da garantia ser prestada através de fiança bancária ou seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada anualmente, devidamente atualizada, quando do Aditamento Contratual.

13.2- A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do Contrato, ficando a **Contratante** autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.

13.3- No caso da utilização da garantia para a cobrança de débitos da Contratada, esta deverá providenciar a correspondente reposição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for notificada.

13.4- O licitante vencedor deverá apresentar a garantia na UFV, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes para a assinatura do contrato, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta, ou revogar a Licitação.

13.5- A caução de garantia de execução será liberada quando da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento por escrito da interessada.

13.6– A contratada deverá efetuar a garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos: **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).**

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1- Será lavrado o termo de contrato entre a Universidade Federal de Viçosa e o licitante vencedor, prevalecendo para a espécie às prescrições contidas nos artigos 54 a 88 da Lei Nº 8.666/93, de acordo com a minuta de contrato anexa, que faz parte integrante deste Edital.

14.2- A UFV convocará, por ofício, o licitante vencedor para, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, assinar o contrato e prestar a garantia prevista no edital, sob pena de decair o direito da contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

14.3- O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período,

quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Universidade Federal de Viçosa.

- 14.4– Caso o licitante vencedor, sem motivo justificável, se recuse em assinar o contrato no prazo estabelecido no subitem anterior ou não apresentar a garantia estabelecida no **subitem 13.1** e seguintes para a assinatura do contrato, caracterizará inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas neste edital, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis à espécie, facultando-se à Universidade Federal de Viçosa convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para assinatura do termo de contrato, observando-se o disposto no § 2º do art.64 da lei 8.666/93, ou revogar a licitação.
- 14.5– O conteúdo do presente Edital, dos anexos e especificações que o acompanham, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 14.6- O contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da Administração especialmente designado, com as atribuições conferidas pelo art. 31 e seu parágrafo único da Instrução Normativa 02, de 30 de abril de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 14.7- Nos termos do artigo 65 do parágrafo 1º, da Lei nº 8666/93, A Contratada fica obrigada a aceitar,nasmesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.8- O não cumprimento das obrigações contratuais e das condições constantes deste Edital sujeita o infrator às penalidades previstas nos Artigos 81 e 86 a 88 da Lei Nº 8.666/93.
- 14.9 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 14.9.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 14.9.2Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.10 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15- DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1– O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o 120º (centésimo vigésimo) dia após o vencimento do prazo de execução, conforme item 15.2.

15.2 – Após o prazo de execução do objeto deverá ser lavrado os Termos de Recebimento Provisório em até 30 dias após encerramento do prazo de execução, e Definitivo em até 90 dias após o Recebimento Provisório.

15.3- A Ordem de serviço será emitida em até 30 dias após a assinatura do Contrato. Caso por algum motivo, a Ordem não possa ser emitida o Gestor do Contrato fará a motivação e justificativa no processo licitatório.

15.4- O Prazo máximo para execução dos serviços **será de 30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data fixada na **Ordem de Serviço** a ser emitida pelo fiscal da obra e gestor do contrato.

16. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1- Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, este poderá ser repactuado conforme no art. 37 XXI da CF/88 c/c art. 65, “d” II da Lei 8.666/93 este deverá ser comprovado através de planilha de custo e formação de preços, que demonstre de forma analítica o impacto nos custos de produção ou dos insumos utilizados.

16.2 - Será nulo de pleno direito e não surtirá nenhum efeito, o reajustamento de preços que desrespeite o disposto na Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

16.3 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, após o período de um ano da data limite da apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - Edificações - Coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, observado o disposto no Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

17- DAS CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE ADITIVOS

17.1 – Na hipótese de concessão de acréscimo de quantitativos e/ou serviços será seguido a seguinte metodologia:

17.1.1 O BDI utilizado será o apresentado na proposta.

17.1.2 Para os Itens previstos no contrato será utilizado o valor dos serviços apresentados na proposta da empresa vencedora.

17.1.3 Os preços dos serviços novos acrescidos por termo aditivo, embora derivem de prévio acordo entre as partes (art. 65, § 3º da Lei 8.666/93), devem ser parametrizados pelos preços referenciais da Administração vigentes à época da licitação (sistemas oficiais de custos e taxa de BDI do orçamento base), e não pelos preços em vigor à época do aditamento, observando-se ainda a manutenção do mesmo percentual de desconto entre o valor global do contrato original e o obtido a partir dos preços referenciais à época da licitação. Acórdão 467/2015-Plenário, TC 012.291/2013-7, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 11.3.2015.

17.1.4 Para os preços de serviços novos não previstos no orçamento base e também não previstos nos sistemas oficiais será feito três cotações e será utilizado o menor preço, sobre este serviço não incide o IPCC (Índice de preço custo do contrato) que é o percentual de desconto da proposta com relação ao orçamento da UFV.

17.1.5 Sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, será utilizada a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1- A fiscalização dos serviços será de competência e responsabilidade exclusiva dos fiscais designados pela UFV, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos nos termos do contrato, projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados de acordo com o art. 67 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

18.2- A fiscalização se efetivará, no local dos serviços, por técnicos da UFV, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas expressamente contratadas para tal fim.

18.3- A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo dos serviços e será exercida no interesse exclusivo da UFV, e não exclui, nem reduz, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, de acordo com o Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.

18.4- O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços será o Diário de Obras, onde tanto a Contratada quanto a Fiscalização deverão lançar e anotar tudo o que julgarem conveniente, para a comprovação real do andamento da obra ou serviços e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por representantes credenciados pelas partes.

18.4.1. O Diário de Obras ou serviços deverá ser fornecido pela Contratada, em Modelo aprovado pela fiscalização, sem ônus para a UFV.

18.5- A UFV poderá exigir a substituição de qualquer empregado da Contratada ou de seus contratados, no interesse dos serviços, assim como aceitar a substituição de integrante da equipe técnica da Contratada, através de solicitação por escrito da mesma.

18.6- Concluídos os serviços, a contratada deverá comunicar por escrito o término da obra ou serviços, os quais se estiverem em perfeitas condições e atestados pela fiscalização, estes serão recebidos,

provisoriamente, por uma Comissão de Vistoria que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

- 18.7- A Contratada fica obrigada a manter as obras ou serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.
- 18.8- Se os serviços de correção das anormalidades, porventura verificadas, forem executados em conformidade com o disposto no artigo 69 da Lei Nº 8.666/93 e aceitos pela Comissão de Vistoria, e cumprido o pagamento dos encargos previstos no artigo 71 do mesmo diploma, relativos ao período de execução da obra ou serviços, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.
- 18.9- A Comissão de Vistoria, encarregada do Recebimento Provisório e do Recebimento Definitivo dos serviços, será composta de pelo menos 3 (três) membros designados pela UFV, dela participando técnicos da Pró-Reitoria de Administração da UFV e outros que a Universidade considerar necessários.
- 18.10- Aceito a obra ou serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos, subsiste na forma da lei.
- 18.11- Desde o Recebimento Provisório, a Universidade Federal de Viçosa entrará na posse plena da obra ou serviços, podendo utilizá-la. Este fato será levado em consideração quando do Recebimento Definitivo.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 19.1- A Contratada assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra, alimentação, transporte e estadia para seus funcionários, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos fornecidos pela UFV, bem como por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a UFV ou a terceiros.
- 19.2- A Contratada não poderá subempreitar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo para tanto, necessário a autorização prévia da UFV.
- 19.3- A Contratada providenciará, às suas custas, o seguro de responsabilidade civil, inclusive respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela seguradora, não cabendo a UFV qualquer obrigação decorrente de risco na espécie.
- 19.4- A Contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os equipamentos de proteção individual a todos os operários, mestres, especialistas, engenheiros, fiscais e outros, tais como: capacetes, luvas, capas de chuva, e demais equipamentos.
- 19.5- A Contratada providenciará, às suas custas, a realização de todos os Controles Tecnológicos

pertinentes a obra ou serviços, materiais fornecidos, etc., de acordo com as Normas Técnicas da ABNT ou quaisquer outras aplicáveis, bem como os reparos que se tornem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

19.6- A Contratada, de acordo com o Capítulo II da Instrução Normativa nº. 001 de 19 de janeiro de 2010, deverá utilizar-se de recursos que visem a diminuição do impacto ambiental.

19.7- A Contratada deverá atender todas as exigências do CREA-MG, como ARTs de execução de obra e serviços quitadas, placas da obra ou serviços, etc.

19.8- A Contratada se obriga a facilitar todas as atividades da fiscalização de obra que serão exercidas pela UFV e/ou por terceiros contratados.

19.09- A Contratada, de acordo com a Instrução Normativa nº. 006 de 06 de julho de 2018, deverá:

19.09.1- durante a execução contratual, dar cumprimento ao Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor;

19.09.2- apresentar declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato; (Anexo XII- apresentar no envelope nº 02).

19.09.3- apresentar a UFV para verificação da comprovação mensal, ou sempre que exigido pela UFV, por amostragem, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato;

19.09.3.1- A Contratada se obriga a apresentar, sempre que solicitada pela UFV, e em qualquer época, as quitações com os encargos sociais e trabalhistas.

19.09.4- indicar preposto para representá-la na execução do contrato, nos termos do art. 68 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

19.09.5- assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho; e

19.09.6- cumprir os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

19.09.7- o contrato será rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;

19.10- A Contratada deverá executar os serviços conforme especificações dos Projetos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na quali-

dade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;

19.11-Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

19.12-Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

19.13- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

19.14-Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

19.15-Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

19.16-Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

19.17-Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

19.18-Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

19.19-Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.20-Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

19.21-Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

19.22-Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

19.23-Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

19.24-Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

19.25-Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

19.26-Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

19.27-Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

19.27.1-O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

19.27.2-Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

19.28-Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram os Projetos, no prazo determinado.

19.29-Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

19.30-Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

19.31-Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

19.32-Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.

19.33-Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

20- Obrigações da Contratante

20.1- Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata o item 19.09.3, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

20.1.1- Na hipótese prevista no item 20.1, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

20.2- Para fins de fiscalização do cumprimento de que trata o item 19.09.3, a UFV solicitará, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

I - ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

II - à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

III - à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

IV - aos depósitos do FGTS; e

V - ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

20.3- A UFV poderá solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos.

20.3.1- A fiscalização por amostragem tem por objetivo permitir que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação.

20.3.2- O objetivo do item 19.3.1 não impede que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado.

20.4- Em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos deverão oficializar os órgãos responsáveis pela fiscalização.

20.5- A UFV não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.6-Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.7-Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.8-Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

20.9-Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

20.10-Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

20.11-Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

20.12-Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

20.13-Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

20.14-Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

20.15-Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

20.15.1-"as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

20.15.2-comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

20.15.3-laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

20.15.4-carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

20.15.5-certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

20.15.6-a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL

21.1- A rescisão do contrato ocorrerá de pleno direito nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei N^o 8.666/93, independentemente de interpelação judicial e ainda quando:

21.1.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, ou ainda pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual, inclusive quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas.

21.1.1.1. A Contratada não iniciar a execução da obra ou serviços após 20 (vinte) dias contados da data estabelecida para seu início na Ordem de Serviço, será caracterizada inexecução total.

21.1.2. O acúmulo de multas for superior ao valor das garantias instituídas.

21.1.3. A Contratada reincidir em falta grave punida anteriormente com multa, ou cometida por caracterizada má fé.

22. DO PAGAMENTO

22.1- Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços e o pagamento será efetuado após a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Universidade Federal de Viçosa ou pelo gestor do contrato, conforme disposto no art. 73 da Lei n^o 8.666/93, observado o disposto no art. 35 da Instrução Normativa/MPOG n^o 02, de 30 de abril de 2008, e os seguintes procedimentos:

22.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

22.1.2. da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e

22.1.3. do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Universidade Federal de Viçosa, concernente à mão de obra diretamente ou indiretamente envolvida na execução do serviço contratado.

22.1.4- Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social, conforme o caso.

22.1.5. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Universidade Federal de Viçosa ou pelo gestor do contrato, será de **até 30 (trinta)** dias úteis, contados da data de sua apresentação.

22.1.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Universidade Federal de Viçosa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, de acordo com o índice aplicável à espécie, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora

serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

22.2- A data efetiva do pagamento é aquela em que se efetivar a entrega da Ordem Bancária ao agente financeiro, cumpridas as determinações da Instrução Normativa STN/04/2004.

22.3- Em cumprimento à Lei nº 10.833, de 29/12/2003 a UFV reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

22.4-Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

22.5- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

22.6- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

22.7- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.8- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.9- Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

22.10- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber.

22.10.1-A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22.10.2- Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

23.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

23.1- Pelos motivos que se seguem a licitante vencedora estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) por ocorrência, sobre o valor total do contrato:

23.1.1. pela recusa injustificada em assinar o Contrato, exceto aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93;

23.1.2. pela não apresentação da garantia;

23.1.3. pela recusa injustificada em assinar a ordem de serviço.

23.2- Pelos motivos que se seguem a licitante vencedora estará sujeita à multa de 0,1% (zero,um por cento) por dia, até o máximo de 20 dias sobre o valor total do contrato ou das parcelas não executadas, conforme o caso:

23.2.1. pelo atraso no início da execução da obra, em relação ao prazo proposto e aceito.

23.2.2. No caso de atraso na execução da etapa, constatados pelas medições e aferições mensais em comparação com o cronograma físico-financeiro apresentado na proposta, caberá multa mensal de 2,5% (dois e meio por cento) sobre os serviços atrasados.

23.3- Caracterizada a inexecução total da obra, a licitante vencedora estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato.

23.4 - Pelo motivo de inexecução parcial da obra, a licitante vencedora estará sujeita à multa de 10% (dez por cento), sobre o valor das parcelas não executadas.

23.5- Além das penalidades previstas nos itens acima, a Contratada estará sujeita ainda às seguintes sanções que poderão ser aplicadas cumulativamente:

23.5.1 - advertência;

23.5.2 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

23.5.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

23.6- Para todas as penalidades previstas nos itens anteriores será garantida prévia defesa.

23.7- Na ocorrência de rescisão de contrato por culpa da Contratada, não será devolvida a garantia prestada.

23.8- No caso da não correção pela Contratada de anormalidades verificadas nas obras ou serviços pela Comissão de Vistoria, e atestado no Termo de Recebimento Provisório, a UFV descontará da garantia prestada a importância correspondente àqueles serviços cuja execução providenciará.

23.9- Sem prejuízo da aplicação das sanções que lhe couberem, a UFV recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado o contrato, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, ou extrajudicial, de perdas e danos.

23.10- Das decisões que resultarem aplicação das penalidades previstas nos itens 23.2 a 23.5 caberá, sem efeito suspensivo, pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias da ciência das mesmas.

23.11- Nenhum pagamento será feito à Contratada antes que seja quitado o valor das multas existentes.

23.12- Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Universidade Federal de Viçosa e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

24. DA IMPUGNAÇÃO

24.1- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

24.2- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

24.3- Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

24.4- A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço: **Diretoria de Material**, localizado na Universidade Federal de Viçosa, Campus de Viçosa, **Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa – MG**.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1- A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.3- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.4- A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

25.5- Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

25.6- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

25.7- É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.8- As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9- Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

25.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante,

desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 25.12- Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 25.13- Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 25.14- Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época.
- 25.15- A autoridade competente poderá revogar o presente certame, no todo ou em parte, por interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros.
- 25.16- Fica assegurado à Comissão Especial de Licitação o direito de no interesse público, e sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização: adiar a abertura das propostas da presente licitação, dela dando conhecimento aos interessados;
- 25.17- Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo.
- 25.18- Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos da administração.
- 25.19- Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referente aos prazos parciais serão encaminhados por escrito à fiscalização 1 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação de prazo final deverão ser encaminhados por escrito 30 (trinta) dias antes do prazo original, e em ambos os casos com justificação circunstanciada.
- 25.20- A simples ocorrência de chuvas não justifica a prorrogação do prazo, salvo quando se tratar de temporais ou períodos excepcionais de chuvas, plenamente comprovados, inclusive através de boletins meteorológicos, e aceitos pela fiscalização.
- 25.21- A Contratada poderá, em qualquer estágio de serviços, e sem prejuízos do bom andamento dos mesmos, recuperar atrasos porventura ocorridos em fases anteriores do cronograma.
- 25.22- Havendo necessidade de alterações do cronograma, serão alterados simultaneamente os prazos contratuais e respectivos valores, no que couber, e os pagamentos obedecerão aos novos prazos estabelecidos.
- 25.23- A execução dos serviços e fornecimento de materiais deverão ser rigorosamente de acordo com os projetos e as especificações, sendo que, quaisquer alterações só poderão ser realizadas se constarem de proposta apresentada por escrito e aprovada pela fiscalização.
- 25.24- As instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão de inteira

responsabilidade da Contratada.

- 25.25- O Canteiro de Obras ou serviços deverá atender o disposto na NBR-12.284 do COBRACON e a NR-18 da Portaria MT n.º 3.214.
- 25.26- Não serão admitidos quaisquer tipos de dormitórios no canteiro de obras ou serviços, e a utilização de sanitários dos edifícios situados no Campus Universitário da UFV.
- 25.27- Todos os materiais a serem empregados na obra ou serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição, transporte, seguro, armazenamento e utilização, deverão ser encargos da mesma. Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, obedecer às especificações, e atender integralmente as exigências das especificações das normas técnicas da ABNT.
- 25.28- Os materiais e equipamentos utilizados na obra ou serviços serão submetidos à inspeção e aprovação da fiscalização, devendo a contratada informá-la sempre que os mesmos chegarem ao canteiro de obras ou serviços, a fim de evitar atrasos ou paralisação dos serviços. A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais e mão de obra será da Contratada, conseqüentemente, ela não poderá solicitar prorrogação de prazo, nem justificar retardamento na conclusão da obra ou serviços em decorrência de fornecimento deficiente de materiais e mão de obra.
- 25.29- Quaisquer ensaios e pesquisas deverão ser norteados pelas Normas da ABNT referentes ao assunto e serem apresentados para avaliação da fiscalização.
- 25.30- A Contratada deverá manter o canteiro constantemente fechado, em condições suficientes para isolá-lo, mantendo o controle de entrada e saída de pessoal afeto aos trabalhos, ferramentas, máquinas, equipamentos e materiais, de forma ordenada e controlada, restringindo a visitação de pessoal estranho.
- 25.31- Contratada compete obter, às suas custas, as informações complementares, necessárias à execução do objeto licitado.
- 25.32- O entorno da obra ou serviços objeto da presente licitação, durante todo o período de execução da obra e serviços, continuará em funcionamento, devendo ser tomadas pela Contratada, todas as providências necessárias para minimizar transtornos aos usuários, especialmente referentes à segurança e a ruídos excessivos, bem como evitar danos a estes e ao meio-ambiente. Todos os danos, porventura causados às pessoas, árvores e ao patrimônio da UFV e de terceiros são de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 25.33- Os gastos com energia elétrica e água são de responsabilidade da empresa Contratada, que deverá ressarcir a UFV, nos mesmos valores cobrados pelas concessionárias de energia elétrica e de água; para tanto, a Contratada instalará medidor e hidrômetro na entrada da obra ou serviços
- 25.34- O terreno e a obra ou serviços no estágio atual serão entregues pela UFV, nas condições em que se encontram, cabendo à Contratada, a limpeza e/ou demolições que se fizerem necessárias além

da remoção do entulho durante a execução da obra ou serviços e o lançamento nos "bota-foras" autorizados pela fiscalização.

25.35- A locação da obra ou serviços será realizada pela Contratada. Quaisquer demolições necessárias, provenientes de erro de locação correrão às expensas da mesma. Cabe a UFV apenas a referência de nível e de cotas.

25.36- Antes da efetiva contratação do licitante vencedor ou de quaisquer pagamentos, realizar-se-á consulta, junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a fim de aferir-se a sua regularidade.

25.37- A licitante que vier a ser contratada declara desde já concordar com o Projeto Básico da presente licitação, ressalvado o direito a alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto que não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do [art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993](#):

25.38- A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

25.39- O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço Diretoria de Material, localizado na Universidade Federal de Viçosa, Campus de Viçosa, Avenida Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Viçosa – MG ., e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico **www.comprasgovernamentais.gov.br**, à partir de sua divulgação/publicação na internet , mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde serão recebidos os documentos de habilitação dos licitantes não credenciados no SICAF, para efeito de cadastramento por esta Administração (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993).

25.40- Para conhecimento e solução de todas e quaisquer dúvidas oriundas da presente licitação e/ou, da execução do contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal de Belo Horizonte, com exclusão de todos os outros por mais privilegiados que se possam traduzir.

São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I- Projetos

Anexo II- Caderno de Encargos

Anexo III- Planilha de Quantitativo e preços

Anexo IV- Planilha de Composição de Custos

Anexo V- Cronograma

Anexo VI- Minuta de Contrato

Anexo VII- Critérios de Medição

Anexo VIII – Declaração de conhecimento das peculiaridades e condições da obra, que será apresentado pela empresa participante da licitação que não realizou a visita técnica.

Anexo IX- Declaração de visita ao local da obra, que será apresentado pela empresa participante da licitação que realizou a visita.

Anexo X- Declaração da inexistência de fatos impeditivos e que não emprega menor de 18 anos.

Anexo XI- Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte

Anexo XII- Declaração de Responsabilidade Exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e fiscais decorrentes do contrato.

Viçosa, ____ de _____ de 2019

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Presidente

Vogal

Vogal

PROCURADORIA FEDERAL

003763/2019	

ANEXO VI

ANEXO VIII

Declaração de conhecimento das peculiaridades e condições da obra, que será apresentado pela empresa participante da licitação que não realizou a visita técnica:

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Sr.....,
representante da empresa CNPJ....., **não realizou visita técnica ao local dos serviços objeto da presente licitação**, mas atesta pleno conhecimento de todas as peculiaridades e condições locais, bem como as condições de acesso, instalação do canteiro, depósito, alojamento, água, energia elétrica, mercado de materiais, disponibilidade de mão de obra, etc., assumindo qualquer risco advindo da falta de realização de visita técnica.

Data e assinatura:

ANEXO IX

Declaração de visita ao local da obra, que será apresentado pela empresa participante da licitação que realizou a visita.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Sr.....,
representante da empresa CNPJ.....,
compareceu ao “Campus” da UFV em Viçosa(MG), **tendo visitado ao local dos serviços**, objeto da
presente licitação, quando tomou conhecimento de todas as peculiaridades e condições locais, bem
como as condições de acesso, instalação do canteiro, depósito, alojamento, água, energia elétrica,
mercado de materiais, disponibilidade de mão de obra, etc.

Data e assinatura:

ANEXO X

Declaração da inexistência de fatos impeditivos e que não emprega menor de 18 anos.

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), CNPJ n.º, sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua participação no presente procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara ainda, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, também que não emprega menores de dezesseis anos.

Data e assinatura

ANEXO XI

Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., inscrita no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
CPF nº, DECLARA, para os devidos fins, sob pena das sanções
administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação
como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido
estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo
Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(local e data)

.....

Representante Legal

ANEXO XII

Modelo de Declaração de Responsabilidade Exclusiva Sobre Quitação de Encargos Trabalhistas e Sociais

(Em papel timbrado da empresa)

_____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, para os fins do Inciso III do Art. 2º da IN Nº06, de 06/07/2018, responsabilidade exclusiva sobre quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

..... de de 20....

(assinatura do representante legal do licitante)